

CAPÍTULO 6

Entre Portas Fechadas e Caminhos Abertos: A Luta por Inclusão Escolar

Marcele Marília Costa de Brito

Um dos maiores desafios da maternidade atípica é indubitavelmente a inclusão dos filhos no ambiente escolar, ainda que a legislação brasileira assegure a todos o direito ao acesso à educação. Contudo, na prática, para o público neurodivergente, a trajetória é marcada por lutas, resistência, exclusão e preconceito.

O objetivo do presente relato é tornar conhecida socialmente a realidade e os desafios ocultos enfrentados no acesso e permanência de crianças atípicas no ambiente escolar. Isso no anseio de despertar mais empatia, respeito, acolhimento e inclusão.

As escolas, públicas ou privadas, em qualquer esfera, foram idealizadas para atender os neurotípicos, com modelo educativo estruturado, rotina previsível. Nesse sentido, compreender um universo divergente, com necessidades múltiplas, demandas de suporte, adaptações e constante estudo exige mudança de paradigmas.

Por aqui começamos essa jornada de inserção no espaço educativo antes do primeiro ano de vida do meu filho, que hoje já tem dez anos. Aos três anos e meio, fechou o primeiro diagnóstico, hoje possui cinco CID's. Desde então, iniciou o acompanhamento médico e o suporte terapêutico em diferentes especialidades, conforme as determinações do laudo médico. A seguir, apresento os principais desafios e lutas ao longo desses anos.

Inserção na escola

Nossa primeira experiência foi com um berçário particular, ali mesmo iniciaram as primeiras queixas de que meu filho chorava muito, era muito irritado, tinha baixo contato visual, não respondia como as outras crianças. Volta e meia, chamavam-me para relatar os acontecimentos: em suma, a minha criança dava muito trabalho e era tida como um fardo.

Fomos acompanhando de perto a rotina, dando suporte, pedindo relatórios. Logo chegou a idade de frequentar a escola. Na primeira escola, particular, deixamos todos cientes dos comportamentos apresentados no berçário. Não demorou e vieram as queixas de que ele era muito agitado, não parava sentado, não correspondia de forma “adequada” às atividades, batia a cabeça na parede, se jogava no chão, chorava e causava incômodo na turma.

Houve reunião com a coordenação da escola para tentar encontrar estratégias de suporte para manejar a situação. No entanto, fomos surpreendidos com a negativa da possibilidade de algum transtorno, sendo atribuída a culpa de tais comportamentos ao tratamento dado pela família à criança, bem como foi mencionado que havia falta de limites. Nesses termos, ficou claro o despreparo e que não faziam questão do meu filho lá.

Saímos decididos a tirá-lo dessa instituição, resolvemos tentar na rede municipal. Conseguimos matriculá-lo próximo de casa, fomos cheios de esperança que seria um ambiente acolhedor e com suporte necessário. Na primeira semana, já não tinha cuidador, a professora ficava sozinha com a turma. O dilema começava com a tentativa de que ele permanecesse em fila – com o coleguinha colocando a mão no ombro – para que os alunos se deslocassem de forma organizada até a sala. Essa era uma missão impossível, mas na escola os profissionais não desistiam de reconduzir e botar a mão do colega mesmo notando que ele não aceitava e ficava irritado.

Chegávamos para buscá-lo e ele estava, na maioria das vezes, do lado de fora ou na sala da diretora, esperando o tempo passar, com as tarefas pela metade ou sem fazer. Conversamos com a psicóloga dele, esta chegou a fazer um relatório e ir até a escola passar orientações. Até que, na terceira semana, a

professora me entregou ele na saída, meio irritada e me disse: “não sei o que fazer com seu filho”.

O chão se abriu naquela hora para mim, fiquei com aquilo ecoando na cabeça, parecia que tinha sido açoitada. No dia seguinte, fui solicitar a transferência para matriculá-lo na terceira escola, particular novamente. Nesta ele foi acolhido, tinha suporte dentro da sala de aula, mas tinha pouca interação com outras crianças, não conseguíamos ter feedbacks com as professoras, eu as sentia receosas de repassar informações sobre a rotina, dependia de um filtro, de um interlocutor.

No primeiro ano do ensino fundamental, decidimos tentar outra escola, a que ele se encontra até hoje. Nos próximos tópicos, passarei a relatar essa experiência que caminha para cinco anos. Mas, antes disso, gostaria de deixar alguns conselhos às outras mães atípicas.

Antes de efetuar a matrícula dos seus filhos, visite as escolas, procure conhecer a estrutura física e organizacional. É importante se informar sobre como funciona o suporte às crianças atípicas, quais as ações inclusivas o colégio adota, se possui sala de recursos multifuncionais, se há formações periódicas, serviço de psicologia escolar, como é o contato com a família.

Sane suas dúvidas. Estabeleça, se possível, diálogo com outras famílias atípicas que têm seus filhos naquela escola para conhecer a experiência deles, bem como conheça os profissionais que atendem a criança nas terapias, pode ser que auxiliem na tomada de decisão. Mas nunca se esqueça: pode ser que os desafios de outras famílias sejam diferentes dos da sua e cuidado para não ser parcial nas experiências negativas, existem dois lados.

Não gere muitas expectativas quanto a um local perfeito e plenamente inclusivo, pois esse local não existe! Ainda que no discurso possa parecer que há ambiente perfeito, a sinceridade quanto às limitações, a disponibilidade e o esforço para enfrentar os desafios são um bom termômetro.

Lembre-se que ninguém conhece mais a sua criança que você. Até que ponto as dificuldades e limitações influenciarão no desenvolvimento da criança? Há perspectiva de solução dos problemas elencados? Pense no seu caso particular.

Fique atento, há escolas que não reconhecem os transtornos de neurodesenvolvimento, que invalidam os laudos médicos, que desconsideram as particularidades, que são inflexíveis, que não estão dispostas a realizar adaptações e que negam a necessidade de suporte nos casos necessários. Que forcem a criança a qualquer custo a se adequar aos padrões convencionais! O impacto disso na vida da criança é imensurável.

Diálogo com os agentes da comunidade escolar

Na nossa casa, adotamos uma cultura de aproximação com a escola, participando das reuniões, solicitando reuniões, informando sempre as principais dificuldades do nosso filho, sejam elas social, emocional, sensorial, pedagógicas, dentre outras. Informamos sobre o uso de medicações, principalmente no período de introdução ou troca.

Recebemos feedbacks, mesmo em situações com as quais discordamos e nas quais ficamos indignados com a inércia e ausência de providências efetivas frente a problemas que se arrastam. Havendo relatórios de outras escolas, dos terapeutas, avaliações, atualizações no laudo médico, costumamos apresentar formalmente, na confiança de que serão lidos e considerados para fins de planejamento e atendimento das demandas escolares.

Alimentação

É comum que alguns autistas apresentem seletividade alimentar e não aceitem o cardápio tradicional, oferecido pela escola. No nosso caso, optamos por encaminhar o lanche, pois ainda o nosso filho não aceita nada. Sempre há o anseio da experiência de ao menos provar os alimentos oferecidos. No entanto, esse desafio requer estratégias e suporte, uma vez que ele apresenta rejeição, náusea, apenas ao visualizar determinadas texturas e cores.

A dificuldade de parar para se alimentar é outra questão que perpassa a alimentação na escola. Às vezes por conta da agitação, ou pelo simples desejo de brincar no intervalo, ou ir para espaços como sala de leitura, bibliotecas, o autista acaba não se alimentando para não perder tempo. Esses são desafios a

serem enfrentados porque, mesmo com um bom café da manhã, suprimir o lanche é arriscado, uma vez que pode levar a sentir fraqueza, dor de cabeça, no estômago, irritabilidade.

A mudança de estratégia é constante, ora enviando lanches líquidos, de teor nutricional maior para tentar contornar situações como as mencionadas; ora, tendo tentativas frustradas de consumo de novos alimentos, ainda que montando cardápio semanal juntos; ora reforçando a quantidade de lanches. Mesmo assim, esses dias fui comunicada sobre a manifestação do desejo de pedir um *lfood*.

Elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI)

O PEI é um documento fundamental para nortear o processo educativo das crianças neurotípicas. Isso porque considera suas limitações, potencialidades e orienta na formulação de propostas dentro das capacidades do educando, para que tudo possa, gradativamente, estimular o desenvolvimento de novas habilidades e o efetivo aprendizado seja possibilitado.

No caso do meu filho, que, dentre as comorbidades que acompanham o TEA, tem o Transtorno do Desenvolvimento da Coordenação, o modelo tradicional de copiar do quadro é um martírio. Assim, ele não dá conta de acompanhar o ritmo e isso é suficiente para recorrente desregulação, comportamento de fuga e aversão à sala de aula, sendo fundamental a estruturação de outras propostas.

Ressalto que, apesar da dificuldade com a escrita, constatada por meio de avaliações específicas, temos dado suporte com psicopedagogia, aula particular individual e psicomotricista. Segundo o colégio, o reforço escolar fornecido não se destina a desenvolver essa habilidade, supre apenas atraso nos conteúdos.

A elaboração do PEI ainda é um sonho. O discurso de falta de obrigatoriedade não é mais cabível. Já existe lei em vigor que torna obrigatória a sua elaboração, a luta agora é pelo cumprimento dessa lei.

Suporte no ambiente escolar, qualificação profissional e combate ao bullying

Infelizmente, vivenciamos situações de despreparo profissional, negligência e dificuldade de suporte no ambiente escolar. Isso chega a ser adoecedor para a criança, para a comunidade escolar e para a família.

Temos várias experiências negativas nesse sentido, mas vou citar aqui duas que considero as que mais mexeram comigo. A primeira foi em um dia que recebi a ligação da mãe de um colega de turma, me informando que estava entrando em contato porque seu filho cardiopata estava sem dormir preocupado com o meu filho, que havia pedido ajuda a ele para se matar durante uma prova na qual não conseguia registrar as respostas, que discutiu com a professora, que presenciou o desespero e ficou silente. Fui explicar para mãe que desconhecia tal situação, mas que ela acalmasse a criança, pois meu filho não apresentava ideação suicida, que pode ter usado essa expressão para dimensionar a sua angústia. Eu disse que iria procurar o colégio para entender o que aconteceu.

Ao procurar a professora, esta relatou a desregulação emocional, disse que meu filho amassou a prova, que estava muito irritado, mas não mencionou nada sobre a situação com o colega. Ao questioná-la, confirmou que havia escutado a conversa entre ele e o colega. Enfim, deixou para outra criança prestar suporte diante de um pedido de socorro.

Isso não foi uma situação isolada, foi uma em meio a tantas de menor proporção. Por essa e outras, estamos constantemente formalizando documentos, reunindo-nos com o colégio, pedindo providências, colocando-nos à disposição, inclusive, para ficar no colégio dando suporte. Sempre reforçamos que contamos que o colégio atenda às disposições do laudo e cumpra com as recomendações dos profissionais.

Em outra situação, não demorou muito, ao buscar meu filho, ele me foi entregue com machucado no rosto, desregulado emocionalmente, com a lente dos óculos em pedaços, com a informação de que havia sido agredido dentro da sala de aula por três colegas neurotípicos. Sobre esse acontecimento, ainda é difícil para mim ir em frente no relato, mas devo dizer que adotei providências em prol da minha criança e de muitas outras neurodivergentes.

Autora

Marcele Marília Costa de Brito. Gestora Pública e Advogada, Mestre em Educação